

COLEÇÃO

**Direito
PROCESSUAL
na Ordem
CONSTITUCIONAL**

Coordenadores

Luiz Rodrigues Wambier

Fábio L. Quintas

Georges Abboud

A Questão da Arguição de Inconstitucionalidade no Recurso Especial e a legitimação do Superior Tribunal de Justiça no exercício da jurisdição Constitucional

Fernando Natal Batista

2018



**EDITORA
JusPODIVM**

www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 164, Ed. Marfina, 1º Andar – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Marcelo S. Brandão (santibrando@gmail.com)

A5 A questão da arguição de inconstitucionalidade no recurso especial e a legitimação do Superior Tribunal de Justiça no exercício da jurisdição constitucional / Fernando Natal Batista – Salvador: Editora JusPodivm, 2018.

160 p. (Direito Processual na Ordem Constitucional / Coordenação Luiz Rodrigues Wambier, Fábio L. Quintas e Georges Abboud)

Bibliografia

ISBN 978-85-442-2284-3

1. Direito Processual. 2. Ordem Constitucional. 3. Arguição. I. Batista, Fernando Natal. II. Wambier, Luiz Rodrigues. III. Quintas, Fábio L. IV. Abboud, Georges. V. Titulo.

1124516

CDD 341.4

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	19
2. O NASCIMENTO DO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE E DO JUDICIAL REVIEW	25
2.1. A doutrina da separação dos poderes: a afirmação do Judiciário como ramo político do Estado Soberano	28
2.2. A Constituição enquanto norma fundamental: o seu evolucionismo semântico e o surgimento do princípio da supremacia constitucional	36
2.3. A origem histórica do controle judicial e difuso de constitucionalidade: o célebre caso <i>Marbury versus Madison</i>	43
2.4. Antecedentes históricos e fundamentos constitucionais do controle difuso no Brasil	49
2.5. Fecho	63
3. A QUESTÃO DA ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE EM RECURSO ESPECIAL	65
3.1. A criação do Superior Tribunal de Justiça.....	70
3.2. A natureza jurídica e os pressupostos de admissibilidade do recurso especial	79
3.3. A apreciação da questão constitucional pelo Superior Tribunal de Justiça	90
3.4. Fecho	103
4. O REFLEXO DA LEI N.º 13.105/2015 NO PROCEDIMENTO RECURSAL ESPECIAL.....	107
4.1. A mudança de paradigma do sistema processual	108

4.2. A aplicação do direito à espécie	115
4.3. A fungibilidade entre o recurso especial e o recurso extraordinário à luz do Novo Código de Processo Civil.....	119
4.4. Observações sobre a declaração de inconstitucionalidade pelo Superior Tribunal de Justiça e a eficácia (força) de seu precedente à luz do Novo Código de Processo Civil	125
4.5. Fecho	137
CONCLUSÕES.....	141
REFERÊNCIAS.....	147